

STJ00115497

André Ricardo dos Santos Lopes

**O CRIME DE GENOCÍDIO  
NO DIREITO INTERNACIONAL**

*Appris*  
editora

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2022 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nº 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

1225751

L864c                    Lopes, André Ricardo dos Santos  
2022                    O crime de genocídio no direito internacional / André Ricardo dos  
Santos Lopes. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2022.  
105 p. ; 21 cm. - (Direito e constituição).

Inclui referências.

ISBN 978-65-250-3098-2

1. Genocídio. 2. Direito Internacional Público. 3. Direitos humanos.  
I. Título. II. Série.

CDD - 345.0251

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

*Appris*  
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.  
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês  
Curitiba/PR - CEP: 80810-002  
Tel. (41) 3156 - 4731  
[www.editoraappris.com.br](http://www.editoraappris.com.br)

Printed in Brazil  
Impresso no Brasil

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1</b>	
<b>O CONCEITO DE GENOCÍDIO</b> .....	21
1.1 ORIGEM .....	21
1.2 ABORDAGEM FILOSÓFICA .....	29
1.3 ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA .....	31
1.3.1 Definições históricas e sociológicas de genocídio .....	31
1.3.2 Tipologia das práticas sociais genocidas .....	38
<b>2</b>	
<b>A POSITIVAÇÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO NO DIREITO INTERNACIONAL PENAL</b> .....	47
2.1 ANTECEDENTES .....	47
2.1.1 O Direito Internacional Humanitário .....	47
2.1.2 Os Tribunais Militares Internacionais para a Alemanha e para o Extremo Oriente e a implementação do Direito Internacional Penal .....	49
2.1.3 A Resolução 96 (I) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1946 .....	56
2.2 A CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E A REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO, DE 1948 .....	57
2.3 O ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL DE 1998 .....	62
2.4 INTERNALIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO .....	66
<b>3</b>	
<b>O GENOCÍDIO NOS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS</b> .....	69
3.1 TRIBUNAIS AD HOC .....	69
3.1.1 Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) .....	69
3.1.2 Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) .....	75
3.1.3 Mecanismo Residual Internacional para os Tribunais Penais (IRMCT) .....	79
3.1.4 Câmaras Extraordinárias do Tribunal do Camboja (ECCC) .....	79
3.2 TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI) .....	82
3.2.1 Darfur, Sudão (ICC-02/05) .....	83

**UMA ANÁLISE DO INSTITUTO JURÍDICO E SUA EFETIVAÇÃO .. 87**

**CONCLUSÃO .....93**

**REFERÊNCIAS .....95**